



SESAB

**SESAB TEMPORÁRIOS
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA**

Fonoaudiólogo

**EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2025,
DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025**

**CÓD: OP-063FV-24
7908403568987**

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto	7
2. Tipologia e gêneros textuais	7
3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	11
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	13
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	16
6. Classes de Palavras: Adjetivo, Advérbio, Artigo, Preposição, Conjunção, Interjeição, Numeral, Pronomes, Substantivos e Verbos	17
7. Ortografia (Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa): Acentuação gráfica; Sinais de Pontuação; Relações de coordenação entre ora.....	23
8. Reescrita de frases e parágrafos do texto: Substituição de palavras ou de trechos de texto; Significação das palavras; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade .	36
9. SIGNIFICAÇÃO DE PALAVRAS; Semântica: Sinônimos, Antônimos, Homônimos, Parônimos, Denotação e Conotação	44
10. Sintaxe: Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	47
11. Concordância verbal e nominal	51
12. Regência verbal e nominal.....	53
13. Colocação pronominal	54
14. Figuras de linguagem	56

Políticas Públicas de Saúde

1. Saúde Pública; Conceitos básico; História das Políticas de Saúde no Brasil.....	69
2. Reforma Sanitária; Sistema Único de Saúde (SUS); Principais marcos históricos e evolução dos sistemas de saúde; Criação e evolução do SUS	74
3. Pacto pela Saúde (Portaria GM/MS nº 399, de 22 de fevereiro de 2006)	79
4. Princípios do SUS; Estrutura e organização do SUS; Financiamento e Gestão do SUS; Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e seu regulamento dado pelo Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; Lei nº 8.142/1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências inter-governamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.....	102
5. Níveis de atenção à saúde (atenção primária, secundária e terciária)	119
6. Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (Ministério da Saúde, 2011)	119
7. Princípios da saúde humanizada: Centrar o cuidado no paciente e na família; Comunicação eficaz e empática com os pacientes e suas famílias; Promoção do bem-estar emocional dos pacientes; Respeito à privacidade e confidencialidade do paciente	120
8. Portaria do Ministério da Saúde nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS.....	126
9. Constituição Federal de 1988: Da Saúde (Título VIII, Capítulo II, Seção II.....	154
10. Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023 que institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde	156
11. Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004 que institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências.....	163
12. Portaria nº 278, de 27 de fevereiro de 2014 que institui diretrizes para implementação da Política de Educação Permanente em Saúde, no âmbito do Ministério da Saúde (MS)	165

Conhecimentos Específicos

Fonoaudiólogo

1. Audição. Anatomia, fisiologia e desenvolvimento da audição. Avaliação e diagnóstico audiológico. Avaliação e diagnóstico audiológico. Deficiência da audição, reabilitação e prótese auditiva/aparelho auditivo; Reabilitação e implante coclear; Reabilitação vestibular. Triagem auditiva neonatal. Perda auditiva induzida por ruído	171
2. Linguagem. Linguagem oral e escrita. Fundamentos da Linguística. Atuação relacionada às lesões cerebrais. Atuação relacionada à terceira idade	181
3. Voz. Anatomia e fisiologia do aparelho fonador. Distúrbio da voz. Fisiologia das técnicas vocais. Voz e disфонia nos ciclos de vida. Promoção de saúde, qualidade de vida e voz	185
4. Motricidade Orofacial; Anatomia e fisiologia do sistema estomatognático; Desenvolvimento das estruturas e funções orofaciais. Avaliação, diagnóstico e tratamento em Motricidade Orofacial; Disfunções da articulação temporomandibular e dor orofacial, Estética facial, paralisia facial, queimaduras, câncer de boca, fissuras lábiopalatinas. Alterações de fala músculo esqueléticas.	191
5. Disfagia; Anatomia da cavidade oral, orofaringe, hipofaringe, laringe e esôfago. Fisiologia da deglutição. Avaliação nas disfagias e tratamento das disfagias	198
6. Código de Ética profissional	201

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.
4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS

TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação dos textos em tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão dos processos de produção e interpretação textual. Esses dois conceitos, apesar de relacionados, possuem diferenças importantes.

Os tipos textuais se referem à forma como o texto é estruturado, isto é, à sequência linguística predominante, como narração, descrição ou dissertação. Já os gêneros textuais estão ligados ao contexto social e às funções comunicativas dos textos, como carta, notícia ou crônica.

A distinção entre esses conceitos é importante não apenas para o entendimento teórico da língua, mas também para a prática de leitura e escrita. Saber identificar o tipo e o gênero de um texto ajuda o leitor a compreender melhor suas intenções, assim como auxilia o produtor textual a escolher a estrutura e o estilo mais apropriados para alcançar seu objetivo comunicativo.

Nos últimos anos, a crescente diversidade de práticas sociais e a evolução das formas de comunicação, especialmente com o avanço das tecnologias digitais, têm provocado mudanças na forma como os gêneros textuais são usados e entendidos.

— Tipos Textuais

Os tipos textuais referem-se à organização interna dos textos, ou seja, à maneira como a informação é estruturada linguisticamente. São estruturas formais que determinam como as ideias serão apresentadas, independentemente do contexto social ou do propósito comunicativo.

Existem cinco principais tipos textuais amplamente reconhecidos na linguística: narração, descrição, dissertação, exposição e injunção. Cada um desses tipos possui características próprias que guiam a produção e a interpretação dos textos.

Narração

A narração é o tipo textual que conta uma história, relatando eventos ou ações em sequência. Nessa estrutura, os fatos são geralmente organizados em uma ordem cronológica, e há a presença de personagens, um ambiente (espaço) e um tempo definidos. O enredo, que é a sequência dos acontecimentos, é fundamental para a construção do texto narrativo. Um exemplo típico de texto narrativo é o conto, que apresenta um início, um desenvolvimento e um desfecho.

Exemplo: contos, romances, crônicas, anedotas.

Descrição

O texto descritivo busca retratar com detalhes as características de pessoas, objetos, lugares ou situações, criando uma imagem mental no leitor. Na descrição, o autor utiliza muitos adjetivos e informações sensoriais para detalhar aquilo que está sendo

descrito, focando em suas particularidades e atributos. Esse tipo textual é frequentemente encontrado como parte de textos narrativos, mas também pode aparecer de forma autônoma.

Exemplo: retratos, laudos técnicos, descrições de paisagens.

Dissertação

A dissertação é um tipo textual argumentativo, no qual o autor expõe ideias, discute um tema e apresenta argumentos, com o objetivo de convencer ou informar o leitor. Esse tipo de texto costuma ser formal e estruturado, apresentando uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. No contexto educacional e acadêmico, os textos dissertativos são amplamente utilizados em ensaios, redações de vestibulares e concursos, e artigos científicos.

Exemplo: redações argumentativas, ensaios, editoriais.

Exposição

O texto expositivo tem como objetivo principal expor, explicar ou apresentar informações e conhecimentos de forma clara e objetiva. Esse tipo textual busca esclarecer fatos ou conceitos, sem a necessidade de persuadir o leitor ou envolver juízos de valor. É frequentemente utilizado em contextos didáticos e científicos para transmitir informações de maneira acessível.

Exemplo: textos didáticos, relatórios, verbetes de enciclopédias.

Injunção

O texto injuntivo (ou instrucional) tem como função principal orientar o leitor a realizar uma ação ou a seguir determinados procedimentos. São textos que fornecem instruções, ordens ou conselhos, utilizando verbos no imperativo ou no infinitivo para guiar o comportamento do leitor.

Exemplo: manuais de instrução, receitas, regulamentos, bulas de remédios.

Características dos Tipos Textuais

Cada tipo textual possui características próprias, que podem ser resumidas da seguinte forma:

– **Narração:** foco em ações e eventos em sequência (cronológica ou não); uso de verbos no passado; presença de personagens, tempo e espaço definidos;

– **Descrição:** foco em características e detalhes; uso de adjetivos; apelo aos sentidos (visão, audição, olfato, tato, paladar);

– **Dissertação:** foco na argumentação e no raciocínio lógico, estrutura rígida (introdução, desenvolvimento, conclusão), uso de conectores e verbos de opinião;

– **Exposição:** foco na explicação e na apresentação de informações; tom objetivo e neutro; uso de exemplos e definições;

– **Injunção:** foco em orientar o comportamento do leitor; uso de verbos no imperativo ou no infinitivo; clareza e precisão nas instruções.

Combinação dos Tipos Textuais

É importante destacar que, embora os tipos textuais sejam categorias distintas, muitos textos apresentam uma combinação de mais de um tipo. Por exemplo, um romance, que é predominantemente narrativo, pode conter trechos descritivos para retratar o ambiente e os personagens, além de momentos dis-

sertativos para discutir ideias ou reflexões dos personagens. Essa flexibilidade dos tipos textuais contribui para a riqueza e a variedade de textos que encontramos no dia a dia.

— Gêneros Textuais

Os gêneros textuais são as diferentes formas de organização de um texto que surgem de acordo com as necessidades e convenções sociais. Eles são determinados pelo contexto de uso, pela intenção comunicativa e pelas práticas culturais de uma sociedade.

Diferentemente dos tipos textuais, que são formas mais rígidas e estruturais, os gêneros textuais são dinâmicos, adaptando-se às situações comunicativas e aos meios em que circulam, como o jornal, a internet, ou o ambiente acadêmico.

Os gêneros textuais são numerosos e variam conforme a evolução das formas de comunicação, mas podem ser organizados em diferentes categorias, dependendo de sua função social e das características formais que apresentam.

Notícia

A notícia é um gênero textual do campo jornalístico, cujo objetivo é informar o público sobre fatos recentes ou de interesse social. Esse gênero é marcado pela objetividade e imparcialidade, apresentando os acontecimentos de forma direta e sem opiniões pessoais. A notícia costuma seguir a estrutura conhecida como pirâmide invertida, onde as informações mais importantes aparecem no início do texto, enquanto os detalhes são desenvolvidos ao longo do texto.

– **Estrutura:** título, lead (introdução com as informações principais), desenvolvimento e conclusão.

– **Exemplo:** notícias publicadas em jornais, portais de internet, telejornais.

Carta

A carta é um gênero textual de comunicação escrita, utilizado para estabelecer contato entre interlocutores distantes no tempo ou no espaço. Dependendo do destinatário e do objetivo, a carta pode ser formal ou informal. No caso de uma carta formal, são utilizados vocabulário e expressões mais respeitadas, enquanto a carta informal permite uma linguagem mais coloquial e próxima.

– **Estrutura:** saudação, corpo do texto e despedida.

– **Exemplo:** cartas comerciais, cartas pessoais, e-mails.

Artigo de Opinião

O artigo de opinião é um texto dissertativo-argumentativo que expressa o ponto de vista do autor sobre determinado tema, geralmente um assunto de relevância atual. O objetivo é convencer o leitor por meio de argumentos bem estruturados. Embora apresente opiniões pessoais, o artigo de opinião deve ser fundamentado com dados, exemplos e argumentos lógicos.

– **Estrutura:** título, introdução (apresentação do tema), desenvolvimento (argumentação) e conclusão (fechamento com uma posição clara).

– **Exemplo:** artigos publicados em jornais, revistas e portais de internet.



Resenha

A resenha é um gênero textual que visa analisar e avaliar uma obra cultural, como um livro, filme, peça de teatro, evento, entre outros. A resenha combina descrição e crítica, oferecendo um resumo da obra e, ao mesmo tempo, apresentando a opinião do autor da resenha sobre a qualidade e a relevância da obra em questão.

– **Estrutura:** identificação da obra (título, autor), resumo do conteúdo, análise crítica e conclusão.

– **Exemplo:** resenhas de livros, críticas de cinema, avaliações de produtos.

Crônica

A crônica é um gênero textual que apresenta uma reflexão sobre situações cotidianas, frequentemente com um tom pessoal e subjetivo. Geralmente breve, a crônica pode ter um caráter humorístico, poético ou reflexivo, abordando temas simples, mas sempre com um olhar crítico ou irônico. É comum encontrarmos crônicas em jornais e revistas, onde são utilizadas para comentar pequenos acontecimentos do dia a dia.

– **Estrutura:** narrativa breve, com espaço para reflexões do autor sobre o tema abordado.

– **Exemplo:** crônicas jornalísticas, crônicas literárias.

Relatório

O relatório é um gênero textual utilizado em contextos profissionais e acadêmicos para registrar, de maneira objetiva e detalhada, os resultados de uma investigação, experiência ou atividade. O relatório busca informar e documentar um processo, podendo incluir dados quantitativos e qualitativos, tabelas, gráficos e conclusões baseadas nas evidências apresentadas.

– **Estrutura:** introdução, desenvolvimento (metodologia, descrição dos dados) e conclusão.

– **Exemplo:** relatórios empresariais, relatórios de pesquisa, relatórios técnicos.

Receita

A receita é um gênero textual do campo culinário, cuja função é orientar o leitor a preparar um prato específico. Sua linguagem é direta e objetiva, predominando o uso de verbos no imperativo ou no infinitivo, para instruir de forma clara cada etapa da preparação.

– **Estrutura:** lista de ingredientes e modo de preparo.

– **Exemplo:** receitas em livros de culinária, sites de receitas, programas de televisão.

Características dos Gêneros Textuais

Cada gênero textual apresenta características próprias, ligadas ao seu contexto de produção e à finalidade comunicativa. As principais características dos gêneros incluem:

– **Finalidade comunicativa:** o propósito do texto, como informar, convencer, entreter ou instruir.

– **Estrutura:** a organização específica de cada gênero, com partes e sequências próprias.

– **Linguagem:** o nível de formalidade ou informalidade, o uso de termos técnicos ou de uma linguagem mais acessível.

Dinamicidade dos Gêneros Textuais

Os gêneros textuais não são categorias rígidas e imutáveis. Eles estão em constante transformação, adaptando-se às novas necessidades sociais e ao surgimento de novas formas de comunicação, como blogs, redes sociais, podcasts, entre outros. O advento da internet, por exemplo, criou novos gêneros textuais digitais, como postagens em redes sociais, comentários em blogs e chats online, que têm características próprias e desempenham funções comunicativas específicas.

Os gêneros textuais são formas de organização do discurso que refletem as práticas sociais e as necessidades de comunicação de uma comunidade. Compreender esses gêneros e suas características é essencial para interpretar e produzir textos de maneira eficaz, levando em conta o propósito comunicativo e o contexto em que o texto será inserido.

A versatilidade e a dinamicidade dos gêneros textuais demonstram a riqueza da linguagem e sua capacidade de se adaptar às novas demandas da sociedade.

— Diferenças Entre Tipos e Gêneros Textuais

Apesar de muitas vezes serem confundidos, tipos e gêneros textuais são conceitos distintos, cada um com sua função no estudo da linguagem. A principal diferença entre eles está no nível de generalização e na forma como organizam a comunicação escrita e oral.

Definição de Tipos Textuais

Os tipos textuais referem-se à estrutura linguística interna do texto, ou seja, à forma como o conteúdo é organizado e apresentado. Eles são categorias mais abstratas, que descrevem como as informações são transmitidas no texto. Cada tipo textual é definido por suas características estruturais e linguísticas, como o uso de determinados tempos verbais, tipos de frases e a lógica de organização. A tipologia textual é composta por cinco tipos principais: narração, descrição, dissertação, exposição e injunção.

Exemplo: Um texto pode ser classificado como dissertativo se seu propósito for argumentar ou expor ideias de forma lógica, como em um artigo de opinião.

Definição de Gêneros Textuais

Os gêneros textuais, por outro lado, estão mais relacionados ao uso social e às finalidades comunicativas dos textos. São classificações mais concretas, baseadas nas práticas de comunicação cotidiana, e surgem em função das necessidades de interação de uma sociedade. Cada gênero textual tem uma função específica, vinculada ao meio em que circula e à intenção do autor. Por exemplo, uma notícia tem a função de informar, enquanto uma carta comercial visa estabelecer uma comunicação formal entre empresas.

Exemplo: A crônica, que é um gênero textual, pode misturar diferentes tipos textuais, como narração e descrição, em sua estrutura.

Critérios de Classificação

Os tipos textuais são definidos por critérios formais, ou seja, pela maneira como o texto está estruturado linguisticamente e gramaticalmente. Os gêneros textuais, por sua vez, são classificados com base em critérios comunicativos e contextuais, isto é, no objetivo e no contexto de uso do texto.

– **Tipos Textuais:** são classificados conforme a forma linguística (narrativo, descritivo, dissertativo, etc.).

– **Gêneros Textuais:** são classificados segundo a função social (notícia, artigo de opinião, receita, relatório, etc.).

Abstração vs. Concretude

Os tipos textuais são categorias mais abstratas e genéricas, pois descrevem a organização interna do texto sem considerar o contexto de comunicação ou as intenções do autor. Já os gêneros textuais são categorias mais concretas, pois se referem a textos específicos que surgem para atender a demandas sociais, como o e-mail, o bilhete ou o editorial.

– **Tipo Textual:** estrutura linguística (como as ideias são apresentadas).

– **Gênero Textual:** uso social e contexto (por que e onde o texto é utilizado).

Flexibilidade e Interação

Enquanto os tipos textuais seguem uma estrutura fixa e predefinida, os gêneros textuais são mais dinâmicos e podem apresentar uma combinação de tipos textuais. Por exemplo, um artigo de opinião (gênero) pode ser predominantemente dissertativo (tipo textual), mas também apresentar elementos descritivos ou narrativos.

– **Exemplo:** Um relatório (gênero textual) pode conter trechos descritivos e expositivos (tipos textuais) ao mesmo tempo.

Evolução e Novos Gêneros

Os gêneros textuais estão em constante evolução, conforme surgem novas formas de comunicação na sociedade. A internet, por exemplo, deu origem a novos gêneros, como e-mails, postagens em redes sociais e blogs, que não existiam em outras épocas. Já os tipos textuais permanecem mais estáveis, sendo menos sujeitos a mudanças ao longo do tempo.

A distinção entre tipos e gêneros textuais é essencial para a compreensão das diferentes formas de comunicação escrita e oral. Os tipos textuais descrevem a organização interna do texto e são mais estáveis e genéricos, enquanto os gêneros textuais estão diretamente ligados às práticas sociais e são mais dinâmicos, variando conforme o contexto e a intenção do texto.

A correta identificação de ambos é fundamental para uma leitura crítica e uma produção textual eficaz, principalmente em contextos acadêmicos e profissionais.

— Interação Entre Tipos e Gêneros Textuais

A interação entre tipos e gêneros textuais é um aspecto fundamental da comunicação escrita e falada. Embora sejam conceitos distintos, eles não se excluem, mas se complementam. Um mesmo gênero textual pode reunir diferentes tipos textuais, de acordo com a necessidade de comunicação do autor e o contexto em que o texto está inserido. Da mesma forma, cada tipo textual pode aparecer em gêneros variados, adaptando-se ao propósito e ao público-alvo do texto.

Essa combinação entre tipos e gêneros é o que torna a produção textual rica e flexível, permitindo que um mesmo gênero possa ser utilizado de formas diversas, dependendo das intenções comunicativas e das convenções sociais.

Gêneros Textuais e a Combinação de Tipos Textuais

Os gêneros textuais frequentemente incorporam mais de um tipo textual em sua estrutura. Isso ocorre porque o contexto de produção de um gênero específico exige o uso de diferentes estratégias discursivas. Por exemplo, uma crônica, embora pertença ao gênero jornalístico-literário, pode incluir:

– **Narração:** para relatar uma situação ou fato cotidiano.

– **Descrição:** ao detalhar personagens ou cenários.

– **Dissertação:** quando o autor insere reflexões ou comentários críticos sobre o tema abordado.

Esse cruzamento entre tipos dentro de um mesmo gênero permite que o autor desenvolva um texto mais complexo e envolvente, atendendo a diferentes finalidades comunicativas.

— Exemplos de Combinação de Tipos e Gêneros

Artigo de Opinião

O artigo de opinião, um gênero predominantemente dissertativo-argumentativo, apresenta uma estrutura voltada para a defesa de um ponto de vista. Contudo, para tornar a argumentação mais rica e persuasiva, o autor pode usar outros tipos textuais, como:

– **Descrição:** para caracterizar um problema ou situação.

– **Narração:** para contar um caso real que exemplifique a argumentação.

– **Exposição:** para apresentar fatos e dados de forma objetiva, esclarecendo pontos de vista.

Relatório

O relatório, gênero comumente utilizado em contextos profissionais e acadêmicos, tem por objetivo informar sobre uma atividade ou experimento. Embora seu propósito seja essencialmente expositivo, relatórios frequentemente incluem:

– **Dissertação:** na análise e interpretação dos dados, onde o autor argumenta sobre os resultados e suas implicações.

– **Descrição:** ao detalhar procedimentos ou descrever equipamentos e condições do experimento.

Notícia

A notícia, um gênero textual tipicamente expositivo, visa apresentar informações de forma clara e objetiva. No entanto, ao narrar acontecimentos, ela também pode utilizar:

– **Narração:** para contar como os eventos se desenrolaram.

– **Descrição:** ao descrever cenários ou pessoas envolvidas nos fatos.

Crônica

A crônica, gênero literário geralmente publicado em jornais e revistas, é um excelente exemplo de interação de tipos textuais. Embora pertença ao campo narrativo, uma crônica pode combinar:

– **Narração:** para contar uma história cotidiana.

– **Dissertação:** para refletir sobre um tema ou comportamento social.

– **Descrição:** para pintar cenários e situações detalhadas, proporcionando uma imersão sensorial ao leitor.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

SAÚDE PÚBLICA; CONCEITOS BÁSICO; HISTÓRIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL

A saúde pública é um campo essencial da medicina e da enfermagem, dedicado à prevenção de doenças, prolongamento da vida e promoção da saúde através dos esforços organizados da sociedade. Diferente da prática clínica, que se concentra no cuidado individual, a saúde pública abrange a saúde das populações inteiras. A história da saúde pública é marcada por grandes avanços e transformações que moldaram a forma como as sociedades enfrentam problemas de saúde, desde as práticas rudimentares de higiene nas civilizações antigas até as complexas políticas de saúde do século XXI.

Entender a evolução da saúde pública é fundamental para profissionais de enfermagem, pois fornece uma perspectiva histórica que enriquece a prática contemporânea e informa a implementação de estratégias eficazes para o cuidado da população. Além disso, a história revela a interconexão entre fatores sociais, econômicos e políticos na formação das políticas de saúde, destacando o papel vital que os enfermeiros desempenharam e continuam a desempenhar na promoção da saúde pública.

Este texto tem como objetivo explorar a trajetória da saúde pública, desde seus primórdios até os dias atuais, destacando eventos chave, figuras importantes e avanços significativos. Vamos examinar as práticas de saúde pública nas civilizações antigas, as revoluções sanitárias que surgiram com a industrialização, as respostas às grandes epidemias e o desenvolvimento da enfermagem dentro desse contexto. Finalmente, analisaremos os avanços no século XX e XXI, refletindo sobre os desafios atuais e futuros para a enfermagem na saúde pública.

Ao final deste estudo, espera-se que o leitor tenha uma compreensão abrangente da evolução da saúde pública e do impacto que essa história tem na prática de enfermagem contemporânea. Essa perspectiva histórica é essencial para a formação de enfermeiros conscientes e preparados para enfrentar os desafios da saúde pública com conhecimento, empatia e eficácia.

Primeiros Registros e Práticas de Saúde Pública

A história da saúde pública remonta às primeiras civilizações humanas, onde práticas rudimentares de higiene e saneamento começaram a emergir como métodos para prevenir doenças e promover a saúde. Esses primeiros registros são fundamentais para entender a evolução do conceito de saúde pública e a importância da prevenção e controle de doenças ao longo da história.

- Civilizações Antigas e Práticas de Higiene

Nas civilizações antigas, práticas de saúde pública estavam frequentemente ligadas à religião e às crenças culturais. Os egípcios, por exemplo, tinham práticas avançadas de higiene pessoal e saneamento. Eles utilizavam banhos diários e tinham sistemas rudimentares de esgoto, além de práticas de embalsamamento que refletiam uma compreensão avançada de anatomia e preservação dos corpos.

Na Grécia Antiga, a relação entre saúde e ambiente era reconhecida por pensadores como Hipócrates, considerado o pai da medicina moderna. Ele observou que fatores como água e ar puro eram essenciais para a saúde, uma ideia que lançou as bases para a saúde ambiental. Os gregos também enfatizavam a importância da dieta e do exercício físico na promoção da saúde.

Os romanos avançaram ainda mais, com a construção de aquedutos para fornecer água potável e a criação de sistemas de esgoto para afastar os resíduos das áreas habitadas. Os banhos públicos e os sistemas de saneamento eram amplamente utilizados, e a saúde pública era uma preocupação do Estado, refletindo uma abordagem organizada e comunitária para a promoção da saúde.

- Influência das Culturas Egípcia, Grega e Romana

A influência das culturas egípcia, grega e romana na saúde pública foi profunda e duradoura. Os egípcios estabeleceram práticas de higiene que foram adotadas e adaptadas por civilizações subseqüentes. Os gregos, com suas teorias sobre a relação entre ambiente e saúde, inspiraram futuras práticas de saúde ambiental e preventiva. Os romanos, com suas infraestruturas sanitárias avançadas, demonstraram a importância de um ambiente limpo para a saúde pública.

Essas civilizações também documentaram suas práticas de saúde e higiene, deixando um legado escrito que influenciou a medicina e a saúde pública por séculos. A combinação de observações empíricas, práticas higienistas e uma abordagem comunitária para a saúde estabeleceu um alicerce sólido para o desenvolvimento da saúde pública moderna.

- Contribuições da Idade Média e o Surgimento das Primeiras Instituições de Saúde

Com a queda do Império Romano, muitas das práticas sanitárias avançadas foram abandonadas, resultando em condições insalubres que facilitaram a disseminação de doenças. No entanto, a Idade Média também viu o surgimento das primeiras instituições de saúde, como hospitais e lazaretos, que eram administrados por ordens religiosas. Esses hospitais medievais, inicialmente destinados ao cuidado dos peregrinos e dos pobres, evoluíram para instituições que ofereciam cuidados médicos básicos e isolamento para doentes.

A peste bubônica, ou Peste Negra, que dizimou grande parte da população europeia no século XIV, levou ao reconhecimento da necessidade de medidas de saúde pública mais rigorosas. A quarentena foi uma das respostas mais significativas a essa pandemia, demonstrando uma das primeiras tentativas organizadas de controlar a disseminação de doenças infecciosas.

Revoluções Sanitárias e o Desenvolvimento da Saúde Pública Moderna

A transição da saúde pública rudimentar para práticas mais estruturadas e organizadas ocorreu gradualmente, mas foi significativamente acelerada durante a Revolução Industrial. Este período trouxe mudanças profundas nas condições de vida e trabalho, que por sua vez, tiveram um impacto enorme na saúde das populações urbanas em crescimento. As reformas sanitárias emergiram como uma resposta a esses novos desafios, pavimentando o caminho para a saúde pública moderna.

- Revolução Industrial e os Problemas de Saúde Emergentes

A Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII, trouxe consigo uma urbanização rápida e sem precedentes. As cidades cresceram rapidamente, mas sem a infraestrutura adequada para suportar essa expansão. As condições de vida nas áreas urbanas eram muitas vezes deploráveis, com falta de saneamento básico, água potável e moradias adequadas. Esses fatores criaram um ambiente propício para a disseminação de doenças infecciosas, como cólera, febre tifoide e tuberculose.

Trabalhadores industriais enfrentavam jornadas extenuantes em condições insalubres e perigosas, resultando em altos índices de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho. Crianças trabalhavam em fábricas e minas, sofrendo de desnutrição e doenças crônicas. A falta de regulamentação e de cuidados médicos adequados exacerbava esses problemas.

- Início das Reformas Sanitárias

A grave situação de saúde pública durante a Revolução Industrial gerou uma crescente consciência e pressão para mudanças. O início das reformas sanitárias pode ser atribuído a várias figuras influentes e eventos chave. Uma das figuras mais proeminentes foi Edwin Chadwick, um reformador social britânico que publicou o influente "Relatório sobre as Condições Sanitárias da População Trabalhadora" em 1842. O relatório de Chadwick expôs as terríveis condições de vida e de trabalho dos pobres urbanos, argumentando que a melhoria do saneamento poderia prevenir doenças e reduzir os custos com saúde.

Este relatório impulsionou a aprovação do Public Health Act de 1848 no Reino Unido, uma das primeiras leis a estabelecer uma abordagem sistemática e legislativa para a saúde pública. A lei criou o cargo de Medical Officer of Health e estabeleceu a necessidade de drenagem adequada, coleta de lixo e fornecimento de água limpa. Outros países começaram a adotar medidas semelhantes, reconhecendo a importância da infraestrutura sanitária para a saúde pública.

- Papel de Figuras Importantes, como Florence Nightingale

Florence Nightingale, conhecida como a fundadora da enfermagem moderna, desempenhou um papel crucial no avanço da saúde pública durante e após a Guerra da Crimeia (1853-1856). Nightingale implementou práticas de higiene rigorosas nos hospitais militares, reduzindo drasticamente as

taxas de mortalidade. Sua ênfase na importância do ambiente limpo e ventilado para a recuperação dos pacientes influenciou significativamente as práticas de saúde pública.

Nightingale também foi uma defensora ardente da educação em enfermagem e da formação de enfermeiros especializados em saúde pública. Ela fundou a primeira escola de enfermagem secular do mundo, a Nightingale Training School, em 1860, no Hospital St. Thomas, em Londres. Seus métodos de ensino e padrões elevados estabeleceram uma nova era na formação de enfermeiros, preparando-os para desempenhar um papel vital na promoção da saúde pública e na prevenção de doenças.

A Era das Grandes Epidemias e as Respostas de Saúde Pública

A história da saúde pública é marcada por períodos de grandes epidemias que desafiaram as sociedades a desenvolver respostas eficazes para controlar a disseminação de doenças. Estas respostas variaram desde medidas preventivas básicas até a criação de organizações e estratégias de saúde pública que continuam a influenciar as práticas contemporâneas.

- Grandes Epidemias (Peste Bubônica, Varíola, Cólera)

Ao longo dos séculos, várias epidemias devastadoras assolaram a humanidade, levando à morte de milhões e à transformação das práticas de saúde pública.

Peste Bubônica: Também conhecida como a Peste Negra, a Peste Bubônica foi responsável por dizimar cerca de um terço da população europeia no século XIV. Transmitida por pulgas de ratos infectados, a peste causou pânico e levou ao desenvolvimento de algumas das primeiras medidas de quarentena e isolamento. As cidades portuárias, que eram pontos de entrada para comerciantes e marinheiros, começaram a implementar quarentenas rigorosas para tentar controlar a disseminação da doença.

Varíola: Uma das doenças mais mortais da história, a varíola foi uma das primeiras doenças a ser alvo de uma campanha de vacinação. No final do século XVIII, Edward Jenner desenvolveu a primeira vacina eficaz contra a varíola, utilizando material das pústulas da varíola bovina (cowpox) para induzir imunidade. Este avanço marcou o início da vacinação como uma estratégia crucial de saúde pública. A varíola foi oficialmente erradicada em 1980, graças a um esforço global de vacinação liderado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Cólera: A cólera é uma doença bacteriana que causou várias pandemias durante os séculos XIX e XX. As descobertas de John Snow, um médico britânico, foram fundamentais para a compreensão da transmissão da cólera. Em 1854, durante um surto em Londres, Snow identificou uma bomba de água contaminada como a fonte do surto, demonstrando a importância do saneamento e do abastecimento de água limpa na prevenção de doenças. Suas investigações pioneiras deram origem à epidemiologia moderna.

- Criação de Organizações de Saúde e Estratégias de Controle

A recorrência de grandes epidemias ao longo da história levou à criação de diversas organizações e ao desenvolvimento de estratégias de saúde pública para combater essas ameaças.

Organizações de Saúde: Em resposta à crescente necessidade de uma abordagem coordenada para a saúde pública, várias organizações internacionais foram estabelecidas. A Liga das Nações criou a Organização de Higiene, precursora da Organização Mundial da Saúde (OMS), que foi fundada em 1948. A OMS tem sido fundamental na coordenação de respostas globais a epidemias e na implementação de campanhas de vacinação e outras estratégias de saúde pública.

Estratégias de Controle: As estratégias de controle de epidemias evoluíram significativamente ao longo do tempo. Além da quarentena e do isolamento, a vacinação emergiu como uma das estratégias mais eficazes. Campanhas de vacinação em massa contra doenças como poliomielite, sarampo e varíola salvaram milhões de vidas. Outras medidas incluem o desenvolvimento de sistemas de vigilância epidemiológica, que monitoram e respondem rapidamente a surtos de doenças, e programas de educação em saúde que promovem práticas de higiene e prevenção.

- Vacinação e Outras Medidas Preventivas

A vacinação é uma das maiores conquistas da saúde pública, prevenindo a disseminação de doenças infecciosas e erradicando algumas delas. Além da vacinação, outras medidas preventivas têm sido cruciais na resposta a epidemias.

Higiene e Saneamento: A promoção da higiene pessoal e a melhoria do saneamento básico são fundamentais para prevenir a disseminação de doenças. Programas de educação em saúde têm enfatizado a importância de lavar as mãos, utilizar instalações sanitárias adequadas e consumir água potável.

Isolamento e Quarentena: Estas medidas têm sido usadas desde os tempos medievais para controlar a disseminação de doenças infecciosas. Durante surtos de doenças altamente contagiosas, o isolamento de casos confirmados e a quarentena de indivíduos expostos são práticas comuns para limitar a transmissão.

Vigilância Epidemiológica: A vigilância contínua de doenças é essencial para identificar e responder rapidamente a surtos. Sistemas de vigilância coletam dados sobre a ocorrência de doenças, monitoram tendências e facilitam a implementação de medidas de controle.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL

O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil é estruturado em torno de diversas políticas públicas que visam garantir o acesso universal, equitativo e integral à saúde para toda a população. Essas políticas são elaboradas e implementadas para atender às necessidades de saúde da população brasileira, promovendo a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação.

1. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB)

O **PMAQ-AB** é uma política pública criada para melhorar a qualidade dos serviços de atenção básica oferecidos no Brasil. Lançado pelo Ministério da Saúde em 2011, o programa visa incentivar os municípios a aperfeiçoarem a gestão dos serviços de saúde e a promoverem um atendimento mais eficaz e acessível.

- **Objetivos:** O PMAQ-AB tem como objetivo principal ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de atenção básica no Brasil. O programa busca promover a qualificação dos processos de trabalho nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), fortalecer a Atenção Primária à Saúde (APS) e incentivar a gestão baseada em resultados.

- **Funcionamento:** O programa é estruturado em ciclos de adesão, onde as equipes de saúde das UBS se inscrevem voluntariamente para participar. A avaliação das equipes é feita em três fases: a fase de adesão e contratualização, onde são estabelecidos os compromissos e metas; a fase de desenvolvimento, onde as equipes trabalham para atingir os objetivos pactuados; e a fase de avaliação externa, onde o desempenho das equipes é verificado por meio de indicadores e visitas in loco.

- **Impacto:** O PMAQ-AB contribuiu significativamente para a melhoria da qualidade dos serviços de APS no Brasil, promovendo a transparência, o monitoramento contínuo e a valorização das boas práticas de gestão. Além disso, o programa incentiva a participação das equipes de saúde na busca por resultados concretos e melhora a percepção dos usuários em relação aos serviços prestados.

2. Estratégia de Saúde da Família (ESF)

A **Estratégia de Saúde da Família (ESF)** é uma das principais políticas de atenção primária no Brasil, implementada como parte do SUS desde a década de 1990. A ESF é fundamental para a organização do cuidado à saúde, pois se baseia em uma abordagem territorial e comunitária, com foco na promoção da saúde, prevenção de doenças e cuidado integral.

- **Objetivos:** A ESF tem como objetivo reorganizar a atenção básica no Brasil, ampliando o acesso aos serviços de saúde e proporcionando um cuidado mais próximo da população. A estratégia visa fortalecer a APS como a porta de entrada preferencial para o SUS e garantir a integralidade do cuidado, com ênfase na prevenção e na promoção da saúde.

- **Funcionamento:** A ESF é composta por equipes multiprofissionais, incluindo médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde, que atuam em territórios definidos. Essas equipes são responsáveis por acompanhar as famílias ao longo do tempo, realizando visitas domiciliares, consultas e ações de promoção da saúde. O trabalho das equipes é orientado por princípios como a adscrição de clientela, a longitudinalidade do cuidado e a coordenação das ações de saúde.

- **Impacto:** A ESF é reconhecida como uma das políticas públicas de maior impacto na organização da APS no Brasil. Ela contribuiu para a expansão do acesso aos serviços de saúde em áreas antes desassistidas, para a redução das internações por condições sensíveis à atenção primária e para a melhoria dos indicadores de saúde, como a mortalidade infantil.

3. Rede de Atenção à Saúde (RAS)

A **Rede de Atenção à Saúde (RAS)** é uma política pública que visa organizar o SUS de forma integrada, garantindo a continuidade do cuidado e a integralidade dos serviços de saúde. A RAS busca articular os diferentes níveis de atenção (primária, secundária e terciária), promovendo a coordenação do cuidado ao longo do percurso do usuário no sistema de saúde.

- **Objetivos:** A RAS tem como objetivo garantir a integralidade e a continuidade do cuidado em saúde, organizando os serviços de forma que os usuários possam transitar pelos diferentes níveis de atenção de maneira coordenada e eficiente. A RAS busca melhorar a qualidade do atendimento, reduzir as desigualdades no acesso e aumentar a eficiência do SUS.

- **Componentes da RAS:** A RAS é composta por várias redes temáticas, cada uma focada em áreas específicas da saúde. Alguns exemplos de redes temáticas são:

- **Rede Cegonha:** Voltada para o cuidado materno-infantil, promovendo um atendimento humanizado e seguro durante o pré-natal, parto, puerpério e na atenção ao recém-nascido.

- **Rede de Atenção Psicossocial (RAPS):** Focada no cuidado integral às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

- **Rede de Urgência e Emergência (RUE):** Visa organizar e qualificar o atendimento em situações de urgência e emergência, garantindo o acesso rápido e eficaz aos serviços.

- **Impacto:** A RAS é fundamental para garantir que os cuidados oferecidos pelo SUS sejam contínuos e integrados. Ao promover a articulação entre os diferentes serviços de saúde, a RAS ajuda a evitar a fragmentação do cuidado e melhora a experiência do usuário no sistema de saúde, resultando em melhores desfechos clínicos e maior satisfação dos pacientes.

4. Programa Nacional de Imunizações (PNI)

O **Programa Nacional de Imunizações (PNI)** é uma das políticas públicas de saúde mais bem-sucedidas e reconhecidas do Brasil. Criado em 1973, o PNI tem como objetivo controlar, eliminar e erradicar doenças preveníveis por meio da vacinação.

- **Objetivos:** O PNI visa proteger a população brasileira contra doenças infecciosas que podem ser prevenidas com vacinas, garantindo o acesso universal e gratuito à vacinação. O programa também busca manter elevadas coberturas vacinais, de modo a prevenir surtos de doenças e a controlar a propagação de infecções.

- **Funcionamento:** O PNI oferece um calendário de vacinação que abrange todas as fases da vida, desde a infância até a terceira idade. O programa inclui vacinas contra doenças como

poliomielite, sarampo, rubéola, difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, febre amarela, HPV, entre outras. As vacinas são oferecidas em unidades de saúde em todo o país, e campanhas de vacinação são realizadas regularmente para aumentar a cobertura vacinal.

- **Impacto:** O PNI é responsável por conquistas importantes na saúde pública brasileira, como a erradicação da poliomielite e a eliminação do sarampo e da rubéola congênita. O programa é considerado um modelo de sucesso global em termos de imunização e prevenção de doenças, contribuindo significativamente para a redução da mortalidade infantil e para o aumento da expectativa de vida no Brasil.

5. Programa de Saúde na Escola (PSE)

O **Programa de Saúde na Escola (PSE)** é uma política pública intersetorial que busca promover a saúde e melhorar a qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens por meio de ações integradas entre a saúde e a educação. Lançado em 2007, o PSE é fruto de uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação.

- **Objetivos:** O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de ensino por meio de ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento da saúde dos escolares. O programa busca integrar a saúde e a educação para promover o desenvolvimento saudável e a cidadania entre os jovens.

- **Funcionamento:** As ações do PSE são desenvolvidas em parceria entre as escolas e as equipes de saúde da atenção básica. As atividades incluem a realização de campanhas de vacinação, exames de saúde (como avaliação nutricional, saúde bucal e oftalmológica), promoção de práticas alimentares saudáveis, prevenção do uso de álcool, tabaco e outras drogas, e educação sexual e reprodutiva.

- **Impacto:** O PSE tem contribuído para a melhoria da saúde dos estudantes e para o fortalecimento das políticas de promoção da saúde nas escolas. O programa também desempenha um papel importante na identificação precoce de problemas de saúde, permitindo intervenções oportunas que podem melhorar o desempenho escolar e a qualidade de vida dos jovens.

6. Programa de Controle do Tabagismo

O **Programa de Controle do Tabagismo** é uma política pública que visa reduzir o consumo de tabaco e as doenças relacionadas ao tabagismo no Brasil. Criado pelo Ministério da Saúde, o programa é parte de uma estratégia mais ampla de promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis.

- **Objetivos:** O programa tem como objetivo prevenir a iniciação ao tabagismo, promover a cessação do uso de tabaco entre os fumantes, proteger a população da exposição à fumaça do tabaco e apoiar políticas de controle do tabagismo em nível nacional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fonoaudiólogo

AUDIÇÃO. ANATOMIA, FISIOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DA AUDIÇÃO. AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO AUDIOLÓGICO. AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO AUDIOLÓGICO. DEFICIÊNCIA DA AUDIÇÃO, REABILITAÇÃO E PRÓTESE AUDITIVA/APARELHO AUDITIVO; REABILITAÇÃO E IMPLANTE COCLEAR; REABILITAÇÃO VESTIBULAR. TRIAGEM AUDITIVA NEONATAL. PERDA AUDITIVA INDUZIDA POR RUÍDO

ANATOMIA, FISIOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DA AUDIÇÃO

► Anatomia do Sistema Auditivo

O sistema auditivo é composto por três partes principais: orelha externa, orelha média e orelha interna, além das vias neurais auditivas que levam os estímulos sonoros até o cérebro.

Orelha Externa:

A orelha externa é responsável por captar e direcionar as ondas sonoras para o interior do ouvido. Suas principais estruturas são:

- **Pavilhão auricular (aurícula):** estrutura cartilaginosa com formato específico para captar sons do ambiente e direcioná-los para o meato acústico externo.
- **Meato acústico externo:** canal que conduz as ondas sonoras até a membrana timpânica, amplificando frequências importantes para a compreensão da fala.
- **Membrana timpânica (tímpano):** estrutura fina e semi-transparente que vibra em resposta às ondas sonoras, convertendo-as em energia mecânica.

Orelha Média:

A orelha média funciona como um sistema de amplificação e transmissão de vibrações sonoras. É composta por:

- **Cadeia ossicular:** formada pelos ossículos martelo (malleus), bigorna (incus) e estribo (stapes), responsáveis por transmitir e amplificar as vibrações do tímpano para a orelha interna.
- **Tuba auditiva (ou trompa de Eustáquio):** canal que conecta a orelha média à nasofaringe, permitindo o equilíbrio da pressão do ar em ambos os lados da membrana timpânica, essencial para a audição normal.
- **Janela oval e janela redonda:** membranas que separam a orelha média da orelha interna e ajudam na transmissão e dissipação das vibrações sonoras.

Orelha Interna:

A orelha interna é responsável pela transdução do som em impulsos elétricos e pelo controle do equilíbrio. Suas principais estruturas incluem:

- **Cóclea:** órgão em espiral que contém o órgão de Corti, onde as células ciliadas sensoriais transformam as vibrações mecânicas em sinais elétricos que serão enviados ao cérebro pelo nervo auditivo.

- **Vestíbulo e canais semicirculares:** responsáveis pelo equilíbrio corporal, detectando movimentos da cabeça e alterações na posição espacial.

- **Nervo coclear (parte do nervo vestibulococlear – VIII par craniano):** conduz os sinais auditivos da cóclea até o cérebro para interpretação.

Fisiologia da Audição:

O processo fisiológico da audição envolve a transformação de energia sonora em impulsos elétricos que o cérebro interpreta como som. Esse processo pode ser dividido em etapas:

Captação e Condução do Som:

- **Captação sonora:** o pavilhão auricular coleta as ondas sonoras do ambiente e as direciona para o meato acústico externo.
- **Vibração timpânica:** as ondas sonoras atingem a membrana timpânica, que vibra de acordo com a frequência e intensidade do som.
- **Amplificação ossicular:** as vibrações do tímpano são transmitidas para a cadeia ossicular, que amplifica o som. O estribo, o menor osso do corpo humano, faz contato direto com a janela oval da cóclea.

Transdução Eletromecânica:

- **Movimentação dos líquidos cocleares:** as vibrações do estribo geram ondas nos líquidos da cóclea (endolinfa e perilinfa), que movimentam a membrana basilar.
- **Ativação do órgão de Corti:** localizado na membrana basilar, o órgão de Corti possui células ciliadas sensoriais que se deslocam com o movimento da endolinfa, transformando a energia mecânica em sinais elétricos.
- **Geração de impulsos nervosos:** os sinais elétricos gerados pelas células ciliadas são transmitidos pelo nervo auditivo até o tronco encefálico e, posteriormente, ao córtex auditivo, onde o som é interpretado.

Processamento Central:

- O som é processado em diferentes regiões do cérebro:
- **Tronco encefálico:** responsável pela análise inicial da localização e características do som.
 - **Tálamo:** atua como um centro de retransmissão para o córtex auditivo.
 - **Córtex auditivo primário (lobo temporal):** onde ocorre a interpretação final do som, permitindo a compreensão da fala e a identificação de diferentes sons do ambiente.

Desenvolvimento da Audição:

O desenvolvimento da audição é um processo complexo que começa na vida intrauterina e continua após o nascimento, sendo essencial para o desenvolvimento da linguagem e da comunicação.

Desenvolvimento Intrauterino:

- **4ª a 8ª semana de gestação:** formação inicial das estruturas do ouvido interno, incluindo a cóclea e o vestíbulo.
- **20ª semana de gestação:** o feto já é capaz de perceber sons externos, respondendo a estímulos auditivos com alterações na frequência cardíaca e movimentos corporais.
- **Último trimestre:** ocorre a maturação do sistema auditivo, preparando o recém-nascido para processar sons de forma mais eficiente após o nascimento.

Desenvolvimento Pós-Natal:

- **Nascimento a 6 meses:** o bebê reage a sons altos com reflexos de sobressalto, movimentando a cabeça em direção à fonte sonora e começa a balbuciar.
- **6 a 12 meses:** o bebê reconhece vozes familiares, responde ao próprio nome e tenta imitar sons da fala.
- **12 a 24 meses:** desenvolvimento rápido da linguagem, com a formação de palavras simples e frases curtas, diretamente relacionado à estimulação auditiva adequada.
- **Após 2 anos:** o vocabulário se expande significativamente, com aprimoramento da compreensão auditiva e da produção da fala.

Importância da Estimulação Auditiva Precoce:

A detecção precoce de qualquer alteração auditiva é fundamental, pois o desenvolvimento da linguagem e das habilidades cognitivas está diretamente relacionado à audição nos primeiros anos de vida.

A triagem auditiva neonatal é uma ferramenta essencial para identificar perdas auditivas precocemente, permitindo intervenções rápidas que minimizam o impacto no desenvolvimento da criança.

A estimulação auditiva adequada em todas as fases do desenvolvimento é essencial para o aprimoramento da comunicação oral, da percepção sonora e do aprendizado.

AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO AUDIOLÓGICO

A avaliação e o diagnóstico audiológico são processos fundamentais para identificar alterações na audição e determinar a extensão, o tipo e a causa da perda auditiva. Esses procedimentos envolvem a aplicação de diferentes testes e exames que avaliam desde a integridade anatômica até o processamento neural do som.

► **Avaliação Audiológica**

A avaliação audiológica compreende um conjunto de exames clínicos e objetivos que investigam o funcionamento do sistema auditivo em diferentes níveis. O processo inicia-se com uma anamnese detalhada, que coleta informações sobre o histórico médico, familiar e ambiental do paciente, seguida pela realização de testes específicos.

Anamnese Audiológica:

A anamnese é essencial para orientar o profissional na escolha dos testes mais adequados. Os principais pontos a serem investigados incluem:

- Histórico de problemas auditivos familiares
- Exposição a ruídos intensos
- Uso de medicamentos ototóxicos
- História de infecções de ouvido
- Queixas relacionadas à audição, zumbido, tontura ou dificuldade de compreensão da fala

Exames Audiológicos:

Os exames podem ser divididos em testes comportamentais, que avaliam a resposta do paciente a estímulos sonoros, e testes objetivos, que não dependem da resposta consciente do indivíduo.

► **Testes Comportamentais**

Audiometria Tonal Liminar:

Avalia a capacidade do paciente de perceber sons puros em diferentes frequências (geralmente de 250 Hz a 8000 Hz) e intensidades. O resultado é representado no audiograma, que indica o limiar auditivo para cada ouvido.

Audiometria Vocal:

Analisa a capacidade de compreender e discriminar a fala. Inclui:

- **Limiar de detecção da fala (SRT - Speech Recognition Threshold):** identifica o menor nível em que o paciente consegue reconhecer palavras.
- **Índice de reconhecimento de fala (IRF):** avalia a capacidade de compreender palavras em níveis de intensidade confortável.

► **Testes Objetivos**

Emissões Otoacústicas Evocadas (EOAE):

Avaliam a função das células ciliadas externas da cóclea. Podem ser:

- **EOAE transientes (TOAE):** respostas a estímulos breves.
- **EOAE por produto de distorção (DPOAE):** respostas a dois tons simultâneos, útil para detectar alterações iniciais.

Imitanciometria (ou Timpanometria):

Avalia a integridade da orelha média, verificando a mobilidade da membrana timpânica e a condução ossicular. Inclui:

- **Timpanograma:** analisa o movimento do tímpano em resposta a variações de pressão.
- **Reflexo acústico:** avalia a resposta muscular do ouvido médio a sons intensos, importante para detectar lesões retrococleares.

Potenciais Evocados Auditivos de Tronco Encefálico (PEATE ou BERA):

Registram a atividade elétrica das vias auditivas até o tronco encefálico em resposta a estímulos sonoros. É essencial para:

- Avaliação de neonatos e indivíduos que não podem colaborar com testes comportamentais.
- Investigação de alterações retrococleares, como neurinoma do acústico.



Potenciais Evocados de Estado Estável (PEAEE):

Avaliam respostas auditivas em frequências específicas, úteis para definir o limiar auditivo de forma objetiva, especialmente em crianças pequenas.

Diagnóstico Audiológico:

O diagnóstico audiológico envolve a integração dos resultados obtidos nos testes com a análise clínica e a história do paciente. O objetivo é determinar o tipo, o grau e a configuração da perda auditiva.

► **Classificação da Perda Auditiva**

Quanto ao tipo:

- **Condutiva:** afeta a orelha externa ou média, dificultando a condução do som até a cóclea. Exemplos: otite média, perfuração timpânica.
- **Sensori neural:** lesão na cóclea ou no nervo auditivo, comum em casos de presbiacusia e exposição a ruídos intensos.
- **Mista:** combinação das perdas condutiva e sensori neural.
- **Neural (ou retrococlear):** alteração nas vias neurais auditivas, podendo envolver o tronco encefálico ou o nervo auditivo.

Quanto ao grau:

- **Normal:** 0 a 25 dB (adultos) e 0 a 15 dB (crianças).
- **Leve:** 26 a 40 dB.
- **Moderada:** 41 a 55 dB.
- **Moderadamente severa:** 56 a 70 dB.
- **Severa:** 71 a 90 dB.
- **Profunda:** acima de 90 dB.

Quanto à configuração:

- **Plana:** limiares auditivos semelhantes em todas as frequências.
- **Ascendente:** melhor audição em frequências agudas.
- **Descendente:** piora da audição em frequências agudas, comum na presbiacusia.
- **Irregular:** variações significativas nos limiares em diferentes frequências.

► **Testes Complementares**

Em casos de suspeita de alterações mais complexas, podem ser necessários exames complementares, como:

- **Exames de imagem (TC, RM):** para investigação de anomalias estruturais do ouvido ou do sistema nervoso central.
- **Testes de processamento auditivo central (PAC):** avaliam a capacidade do cérebro de interpretar e discriminar sons, especialmente em casos de dificuldade de compreensão da fala em ambientes ruidosos.

Importância da Avaliação Audiológica Precoce:

A detecção precoce de alterações auditivas é fundamental, especialmente em neonatos e crianças, para garantir o desenvolvimento adequado da linguagem e das habilidades cognitivas. Para isso, programas de triagem auditiva neonatal são essenciais, permitindo o diagnóstico e a intervenção antes dos 6 meses de idade.

Em adultos e idosos, o diagnóstico precoce da perda auditiva melhora a qualidade de vida, favorecendo a adaptação de aparelhos auditivos e a reabilitação auditiva. Além disso, em am-

bientes ocupacionais, a avaliação audiológica é importante para monitorar a exposição ao ruído e prevenir a perda auditiva induzida por ruído (PAIR).

O papel do fonoaudiólogo é essencial em todas as etapas da avaliação e diagnóstico, desde a aplicação dos testes até a interpretação dos resultados e o planejamento da intervenção adequada.

DEFICIÊNCIA DA AUDIÇÃO, REABILITAÇÃO E PRÓTESE AUDITIVA

A deficiência auditiva é caracterizada pela redução parcial ou total da capacidade de ouvir, afetando significativamente a comunicação, o desenvolvimento da linguagem e a qualidade de vida. O diagnóstico precoce, a reabilitação adequada e o uso de próteses auditivas são fundamentais para minimizar os impactos da perda auditiva.

► **Deficiência da Audição**

A deficiência auditiva pode variar em grau, tipo e causa, afetando diferentes faixas etárias e podendo ser congênita ou adquirida.

► **Classificação da Deficiência Auditiva**

Quanto ao tipo:

- **Perda auditiva condutiva:** ocorre devido a alterações na orelha externa ou média, que dificultam a transmissão do som até a cóclea. Causas comuns incluem otite média, cerume impactado, malformações congênitas e disfunções da tuba auditiva.
- **Perda auditiva sensori neural:** resulta de danos na cóclea ou no nervo auditivo, afetando a percepção dos sons. Pode ser causada por presbiacusia (envelhecimento), exposição a ruídos intensos, uso de medicamentos ototóxicos e infecções virais.
- **Perda auditiva mista:** combina características da perda condutiva e sensori neural, com comprometimento tanto da transmissão quanto da percepção sonora.
- **Perda auditiva neural ou retrococlear:** relacionada a lesões no nervo auditivo ou nas vias auditivas centrais, como em casos de neurinoma do acústico.

Quanto ao grau:

- **Leve (26-40 dB):** dificuldade para ouvir sons suaves e conversas em ambientes ruidosos.
- **Moderada (41-55 dB):** dificuldade para compreender a fala sem o uso de aparelhos auditivos.
- **Moderadamente severa (56-70 dB):** compreensão da fala comprometida mesmo em ambientes silenciosos.
- **Severa (71-90 dB):** dificuldade para ouvir a maioria dos sons da fala; necessidade de amplificação potente.
- **Profunda (acima de 90 dB):** incapacidade de ouvir a fala e a maioria dos sons do ambiente; pode requerer implante coclear.

Causas da Deficiência Auditiva:

- **Congênitas:** malformações do ouvido, síndromes genéticas, infecções intrauterinas (rubéola, citomegalovírus).
- **Adquiridas:** infecções do ouvido, trauma acústico, exposição prolongada a ruídos, ototoxicidade, doenças autoimunes, envelhecimento (presbiacusia).

Reabilitação Auditiva:

A reabilitação auditiva tem como objetivo restaurar ou compensar a função auditiva, promovendo a comunicação eficaz. O processo envolve uma abordagem multidisciplinar, incluindo fonoaudiólogos, otorrinolaringologistas e psicólogos.

Abordagens de Reabilitação:

- **Intervenção precoce:** especialmente em crianças, é crucial para o desenvolvimento da linguagem e da cognição.
- **Terapia fonoaudiológica:** inclui treinamento auditivo, leitura labial, estratégias de comunicação e desenvolvimento da linguagem oral.
- **Aparelhos de amplificação sonora individual (AASI):** dispositivos que amplificam o som, facilitando a audição.
- **Implante coclear:** indicado para casos de perda auditiva severa a profunda, quando os AASI não são eficazes.
- **Treinamento auditivo e reabilitação vestibular:** para pacientes com alterações no equilíbrio associadas à deficiência auditiva.

Papel da Terapia Fonoaudiológica:

O fonoaudiólogo desempenha um papel essencial no processo de reabilitação, atuando em:

- Avaliação das habilidades auditivas e de linguagem.
- Adaptação e ajuste de próteses auditivas.
- Planejamento de programas de reabilitação individualizados.
- Acompanhamento contínuo para monitorar o progresso do paciente.

Próteses Auditivas:

As próteses auditivas, também conhecidas como aparelhos de amplificação sonora individual (AASI), são dispositivos eletrônicos que amplificam sons, facilitando a percepção auditiva. Elas são indicadas para diferentes graus e tipos de perda auditiva.

Componentes de uma Prótese Auditiva:

- **Microfone:** capta o som do ambiente.
- **Processador de som:** converte o som em sinais digitais, ajustando-os conforme a perda auditiva do usuário.
- **Amplificador:** aumenta a intensidade do som processado.
- **Receptor (ou alto-falante):** converte os sinais elétricos de volta em som e o direciona para o ouvido.
- **Fonte de energia:** geralmente uma bateria ou bateria recarregável.

► **Tipos de Próteses Auditivas**

Retroauriculares (BTE - Behind the Ear):

- Ficam posicionadas atrás da orelha, com um tubo que conecta o aparelho ao molde auricular.
- Indicadas para perdas auditivas de leves a profundas.

Intra-auriculares (ITE - In The Ear e ITC - In The Canal):

- Colocadas diretamente no canal auditivo, sendo mais discretas.
- Adequadas para perdas auditivas leves a moderadas.

Completamente no canal (CIC - Completely In the Canal):

- Muito discretas, quase invisíveis.
- Indicadas para perdas auditivas leves a moderadas, com limitação de potência e recursos.

Próteses ancoradas no osso (BAHA - Bone Anchored Hearing Aid):

- Utilizam a condução óssea para transmitir o som diretamente à cóclea.
- Indicadas para perdas condutivas ou mistas e casos de atresia do canal auditivo.

Adaptação e Ajuste de Próteses Auditivas:

A adaptação de uma prótese auditiva envolve várias etapas para garantir o máximo benefício ao usuário:

- **Avaliação audiológica completa:** para determinar o tipo e o grau da perda auditiva.
- **Seleção do aparelho auditivo:** considerando as necessidades auditivas, o estilo de vida e as preferências do paciente.
- **Programação do aparelho:** ajustando os parâmetros de acordo com o limiar auditivo e o conforto do paciente.
- **Acompanhamento contínuo:** para avaliar o desempenho do aparelho e realizar ajustes quando necessário.

Benefícios do Uso de Próteses Auditivas:

- **Melhora da percepção sonora:** facilita a comunicação em diferentes ambientes.
- **Aumento da qualidade de vida:** promove a integração social e reduz o isolamento.
- **Estímulo cognitivo:** em idosos, o uso de próteses auditivas pode retardar o declínio cognitivo associado à perda auditiva.
- **Apoio ao desenvolvimento infantil:** essencial para o desenvolvimento da linguagem oral em crianças com deficiência auditiva.

Barreiras e Desafios na Reabilitação Auditiva:

Apesar dos avanços tecnológicos, alguns desafios podem dificultar a adesão ao uso de próteses auditivas:

- **Estigma social:** o uso de aparelhos auditivos ainda é visto com preconceito em algumas culturas.
- **Dificuldades de adaptação:** o processo de adaptação pode ser desconfortável inicialmente, exigindo paciência e suporte profissional.
- **Limitações financeiras:** o custo dos dispositivos pode ser um obstáculo, embora existam políticas públicas de distribuição gratuita em alguns países.

REABILITAÇÃO E IMPLANTE COCLEAR

A reabilitação auditiva e o implante coclear representam avanços significativos no tratamento da deficiência auditiva severa a profunda, especialmente em casos em que os aparelhos de amplificação sonora individual (AASI) não proporcionam benefícios satisfatórios.

O sucesso do implante coclear está diretamente ligado a um processo de reabilitação auditiva bem estruturado, que envolve uma equipe multiprofissional.

